

TSE fará modificações na Justiça Eleitoral

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1986, vão encontrar a Justiça Eleitoral inteiramente modernizada, inclusive com o uso de computadores do Serviço de Processamento de Dados (Serpro), nos trabalhos de recadastramento e de alistamento eleitoral. Também haverá modificações no título de eleitor, porque o presidente José Sarney considera o atual muito antiquado.

Foi isto o que ficou decidido, na tarde de ontem, durante a audiência que o presidente Sarney concedeu ao ministro José Néri da Silveira, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que vai preparar o anteprojeto de lei de modernização da Justiça Eleitoral, para enviar ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre de '86. O ministro revelou que Sarney deu "todo apoio" aos trabalhos de modernização da Justiça Eleitoral.

O ministro Néri da Silveira informou, por outro lado, que além do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte, nenhum outro tribunal solicitou ainda ao TSE o envio de Forças Federais — tropas do Exército — para a garantia das eleições do próximo dia 15. "É possível que neste momento — eram 18h40min — alguns TREs estejam enviando esses pedidos à secretaria-geral do TSE", ponderou o ministro.

Néri da Silveira, por outro lado, revelou que o TSE continua com o seu esquema especial de trabalho visando as eleições do dia 15. "O TSE está em sessão permanente: até o dia 15, nenhum dos juizes do tribunal poderá se ausentar de Brasília".

Fraudes

Sobre a questão específica do Rio Grande do Norte, onde o governador José Agripino Maia (PFL) está sendo processado pelo PMDB regional sob acusação de tentar fraudar as eleições, o presidente do TSE confirmou que já recebeu essa denúncia feita em Brasília pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. O TSE recebeu uma fita da reunião que Maia fez com 120 prefeitos, onde, segundo as denúncias, planejou fraudar as eleições do dia 15, inclusive com a compra de votos por cestas de natal.

A fita que foi entregue ao TSE contendo a fala do governador do Rio Grande do Norte, em si, não servirá de provas. O presidente do TSE explicou que nesse caso a secretaria do tribunal faz o trabalho de degravação da fita. Aí sim, o texto degravado, datilografado, serve como documento a ser incluído no processo de denúncia. O julgamento desse caso ainda não foi concluído.

O ministro Néri da Silveira revelou que, em sua audiência com o presidente Sarney — que ele definiu como uma "audiência de cortesia", eu vim apenas comunicar oficialmente ao presidente da República que já assumi a presidência do TSE — transmitiu-lhe a informação de que as eleições do dia 15 estão transcorrendo dentro da normalidade, fora algumas exceções. Entre elas, o presidente do TSE citou os casos do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

— Na Paraíba — disse o ministro Néri da Silveira — eu fiquei sabendo que houve solicitação junto ao TRE de envio de tropas federais. Mas o TRE não oficializou nada neste sentido ao TSE. Se o fizer, nós faremos uma sessão extraordinária para decidirmos sobre o caso.



O ministro Néri da Silveira vai modernizar a Justiça Eleitoral até a Constituinte

Mulheres deflagram campanha política

A campanha nacional pela participação feminina na Assembléia Nacional Constituinte foi deflagrada ontem, no Ministério da Justiça, pela presidente do Conselho dos Direitos da Mulher, deputada Ruth Escobar. Em solenidade pautada pela descontração e o bom humor, que contou com a presença dos ministros de Estado, parlamentares e líderes feministas, Ruth Escobar lançou a palavra de ordem do movimento: transformar a realidade brasileira que considera as mulheres cidadãs de segunda categoria.

A campanha "Alerta da Mulher para a Constituinte" incluirá a distribuição de 30 mil cartilhas e a coleta de 10 milhões de assinaturas em apoio à inclusão de temas de interesse da mulher na nova Carta constitucional. Bem-humorado, o ministro Fernando Lyra, da Justiça, fez pronunciamento elogioso à mulher e à promotora do movimento.

— Ruth é uma mulher para quem não existem obstáculos. Ela me azucrina quando quer alguma coisa, mas o faz pelo bem comum, brincou o ministro, arrematando: "A sua luta é a nossa luta". Acrescentou que a mulher deve defender seus direitos e engajar-se efetivamente na Constituinte, e mais uma vez fez outra referência carinhosa a Ruth.

— Só faço uma restrição ao pronunciamento do presidente do Conselho: é quando ela exortou as mulheres a votarem nas mulheres. Ruth, eu continuo candidato e gostaria de ter votos femininos.

O discurso de Lyra teve também uma pitada política, através de recado à setores conservadores da sociedade: "Esse é o Ministério das reais mudanças do processo político brasileiro. Por isso, é tão contestado e não é bem visto nas áreas reacionárias, ligadas à representantes de passado de triste memória".

A cantora Fafá de Belém, presente ao evento, também foi lembrada por Lyra: afirmando que ela "vem sofrendo campanha cruel, desigual e desprovida de qualquer sentimento", sem entrar em detalhes. Já a deputada Ruth Escobar, fez um breve histórico da luta das mulheres por seus direitos, remontando a Assembléia Nacional Constituinte de 1933, da qual só fez parte uma deputada eleita, Carlota de Queiroz, e uma deputada classista, Almerinda Gama.

Para ela, a "ausência da democracia" na vida brasileira ao longo dos últimos anos contribuiu para a marginalização da mulher nos processos políticos e decisórios da nação: "O poder nas mãos das elites sempre significou o poder nas mãos dos homens".

Ela conclamou as mulheres a não ficarem omissas e a se candidatarem à Assembléia Constituinte, "pois só poderemos assegurar a inclusão de nossas reivindicações na nova Constituição na medida em que lá estejam a nos representar mulheres comprometidas com as nossas lutas". Finalmente, Ruth Escobar explicou que a campanha visa a debater os direitos femininos, as leis discriminatórias e a sua revogação da legislação brasileira: "Vamos acabar com a chefia masculina, exigir garantias para o planejamento da reprodução e dizer não contra a violência às mulheres".

Estiveram presente à solenidade os ministros da Administração, Aluísio Alves, e do Interior, Ronaldo Costa Couto; o senador Severo Gomes, as deputadas Irma Passoni e Cristina Tavares, a Senadora Eunice Michiles, o secretário de Educação do DF, Pompeu de Souza, e a advogada Floriza Verucci, membro da Comissão de Estudos Constitucionais.

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
011